

697
48



Estado de Pernambuco

Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nos
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 297331-9 -
Recife-15ª. Vara Cível/PE**

EMBARGANTE: MOISÉS JOSÉ DA SILVA

EMBARGADO: BANCO HSBC BANK DO BRASIL S.A. – Banco Múltiplo

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

2ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO A SER SANADA – PROPÓSITO DE REJULGAMENTO DE FEITO – ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

I - Os fatos e fundamentos apresentados no apelo foram devidamente apreciados, não havendo que se falar em omissão desta Câmara.

II - A estreita via dos embargos declaratórios não se presta para forcejar o rejulgamento do feito. O seu escopo está em suprir eventuais eivas do julgado.

III – Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO: À unanimidade de votos, os Embargos foram conhecidos para fins de prequestionamento e rejeitados, nos termos do voto do Relator.

DATA DO JULGAMENTO: 03 de setembro de 2014

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 297331-9**, em que é embargante **MOISÉS JOSÉ DA SILVA** e embargado **BANCO HSBC BANK DO BRASIL S.A. – Banco Múltiplo**, ACORDAM os Exmos. Srs. Desembargadores, componentes da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, rejeitar os aclaratórios, nos termos do voto do Relator.

Recife, 16 de setembro de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo

**DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR**



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO dos
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 297331-9 -
Recife - 15ª Vara Cível.**

Embargante: Moisés José da Silva.

Embargado: Banco HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo.

Relator: Des. Adalberto de Oliveira Melo.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 682/685) opostos por Moisés José da Silva, em face do Acórdão (fl. 675) que, por unanimidade de votos, negou provimento ao Aclaratório (fls. 653/662), mantendo a legitimidade da Empresa Pintasilva Transportes, por ter sido parte na relação processual originária, bem como da ausência de recurso a respeito do não arbitramento de novos honorários advocatícios, já transitado em julgado a mais de 2 (dois) anos.

Em suas razões, o Embargante argui omissão quanto não verificação da ilegitimidade passiva da Pintasilva Comércio e Transportes, pois não tem interesse no curso do pedido de cumprimento definitivo de sentença, bem como da inexistência de prescrição em relação aos honorários advocatícios. Visa ainda, prequestionar dispositivos legais suscitados, e pugna, ao final, pelo acolhimento do presente recursó e consequente modificação do Julgado.

É o Relatório.

VOTO

Estando presentes os pressupostos processuais necessários à sua admissibilidade, conheço dos embargos.

Neste ponto, analisaremos se a decisão embargada possui alguma omissão ou contradição indicada pela parte Embargante, no que diz respeito à ausência de verificação da suscitada ilegitimidade passiva da empresa Pintasilva e da suposta inexistência de prescrição em relação ao não arbitramento dos novos honorários advocatícios.

7

4

692
M

O art. 535 do CPC é bastante claro ao dispor que cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Esse recurso específico não tem, portanto, a finalidade de substituir o acórdão embargado, tampouco corrigir os fundamentos da decisão.

Além do mais, a interpretação de determinado dispositivo pelo julgador, contrariamente à tese defendida pela parte, não dá ensejo aos embargos declaratórios, cujo fim é o de sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão.

A Ementa do Acórdão guerreado, constante à fl. 675, dispôs o seguinte:

"EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. MATÉRIA: REDISSCUSSÃO. AÇÃO MONITÓRIA. HONORÁRIOS. EXECUÇÃO. IMPUGNAÇÃO. REJEIÇÃO. CUMPRIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. PRETENSÃO DE REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROTETATÓRIO. MULTA. EMBARGOS QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não tem os aclaratórios o condão de substituir o acórdão embargado, nem tampouco corrigir os fundamentos de uma decisão, não se constituindo meio processual idôneo para que a parte demonstre sua discordância com o julgado recorrido.

2. Inocorrentes as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo, cujo intento é a reforma da decisão embargada.

3. A proposição declaratória enumerativa, que nada informa sobre uma possível omissão, obscuridade ou contradição, uma vez que a matéria foi devidamente tratada por ocasião do julgamento, é manifestamente protelatória e enseja a aplicação da multa de 1% sobre o valor da causa, nos termos do parágrafo único do art. 538 do CPC.

4. Aclaratórios improvidos."

De uma verificação dos fundamentos do recurso e reanálise da decisão embargada, observo que toda a matéria foi devidamente tratada por ocasião do respectivo Julgamento, de forma explícita e bem delineada, sendo flagrante a intenção do Embargante em rediscutir a matéria, ainda mais, quando as suscitadas questões foram tratadas, como na decisão de fls. 639/642, a respeito da ilegitimidade da empresa e da decisão terminativa no Agravo de Instrumento (fls. 614/616), que tratou sobre o pedido de condenação em honorários advocatícios.

A respeito da ausência de omissão e para os casos de rediscussão da matéria, colhem-se os Arestos:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. É de negar-se provimento aos embargos de declaração que, a pretexto de sanar omissão, pretendem na verdade a rediscussão da matéria. (PR 0021269-97.2010.404.0000, Relator: RÔMULO PIZZOLATTI, Data de

7

2

693
M
Julgamento: 18/01/2011, QUINTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 03/02/2011).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada, incabíveis revelam-se os embargos declaratórios opostos para fins de rediscussão da matéria. (775249 SC 2010.077524-9, Relator: Sônia Maria Schmitz, Data de Julgamento: 10/01/2012, Quinta Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Embargos de Declaração em Apelação Cível n. 2010.077524-9/0001.00, de Videira).

Além disso, o STJ entende da mesma maneira, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 535 CPC. A hipótese de cabimento dos Embargos de Declaração por contradição se restringe àquela interna da própria decisão, e não aos entendimentos divergentes em relação a outro decism. 2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados. 535 CPC. (1351015 DF 2010/0174050-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 17/03/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/04/2011).

De mais a mais, acrescenta-se que consoante pacífica Jurisprudência, o Julgador não está obrigado a responder a todas as questões e teses jurídicas levantadas pela parte, como as 4 (quatro) situações levantadas, se, da análise que fez dos autos, encontrou razões suficientes para formar a sua convicção.

Nesse sentido, colhe da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, verbis:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL [...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REJEIÇÃO - ALEGADA AFRONTA AO ART. 535 E 280, 281 E 282 DO CTB - INOCORRÊNCIA [...] RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, MAS IMPROVIDO. 1. O Tribunal de origem solveu a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese dos recorrentes, razão pela qual fica afastada a afronta ao art. 535 do CPC. [...]. (STJ - REsp 993.554/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 30.5.2008).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MOTIVAÇÃO DO ACÓRDÃO. 1. É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que por si só, achou suficiente para a composição do litígio. 2. Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental nº 169.073/SP, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, j. unânime em 04.06.98, DJ 17.08.98).

694
M

Assim sendo, inexistiu vício algum no Julgado embargado, o qual declinou, de maneira expressa, as razões pelas quais negava provimento ao recurso, de modo que a omissão, obscuridade ou contradição devem existir no próprio texto embargado, e não no cotejo deste com o entendimento da parte irresignada.

Por derradeiro, considero consumado o prequestionamento dos suscitados dispositivos legais, pretendido pelo Embargante.

Face ao exposto, conheço dos Aclaratórios, para efeito de prequestionamento, porém, voto para que sejam rejeitados, por falta de amparo legal.

É como Voto.

Recife, 03 de Setembro de 2014.

Des. Adalberto de Oliveira Melo

Des. Adalberto de Oliveira Melo

RELATOR